



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**CERTIDÃO DE JULGAMENTO**  
2ª Sessão do Plenário Virtual – 2.6.2021

Conflito de Atribuições nº 1.00502/2021-90

Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos

Requerente: Procuradoria da República – Bahia

Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia

Interessados: Heliete Rodrigues Viana; Ruy Nestor Bastos Mello

Objeto: Ministério Público Federal na Bahia. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuição. OF. Nº 037/21-7OCG-RNBM. Notícia de Fato 1.14.000.000810/2021-58. Possível prática de incitação ao crime (art. 286 do Código Penal) por parte de Deputado Federal.

**Decisão:** O Conselho, por unanimidade, julgou parcialmente procedente o pedido a fim de fixar a atribuição do Ministério Público do Estado da Bahia para a persecução penal e a atribuição do Ministério Público Federal no que tange à responsabilização cível por improbidade administrativa em relação às condutas narradas no expediente ora analisado, nos termos do voto da Relatora. Não votou neste feito o Conselheiro Marcelo Weitzel. Não votaram, em razão da vacância do cargo, um dos representantes do Ministério Público Estadual, o representante do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, o representante indicado pelo Supremo Tribunal Federal e o representante indicado pelo Senado Federal.

Daniela Nunes Faria Teixeira  
Secretária Processual